

O CERRADO E O AGRONEGÓCIO: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS (1973-2023)

Idelmar da Silva Ribeiro ¹

Sandro Dutra e Silva ²

Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA

RESUMO

Conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, apresenta-se como um desafio para os atuais Governantes. Nessa perspectiva o presente trabalho propõe-se a tratar do assunto pelo estudo do desenvolvimento das leis relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. O recorte espacial é o estado de Goiás, localizado na região central do Brasil, com predominância do bioma cerrado. Estado esse que vem passando nas últimas décadas por um intenso processo de mecanização e profissionalização da produção agropecuária, ancorados em uma ideia de ocupação da fronteira. Tendo como recorte histórico o período dos grandes investimentos na ocupação e interiorização do país até a atualidade. Sendo que os resultados demonstram a existência de períodos distintos dessa relação.

Palavras Chave: Cerrado, Desenvolvimento sustentável, Políticas públicas, Meio ambiente.

INTRODUÇÃO

A exploração dos recursos naturais apresentou grande aceleração em nível mundial, principalmente a partir da segunda revolução industrial. No Brasil essa aceleração deu-se um pouco mais tarde, no início do século XX, e, se consolida, partir da 2ª metade do século, onde diferentes governos do pós-guerra, trouxeram a obsessão pelo desenvolvimento, como a máxima dos projetos de planificação das políticas de governo.

¹ Pós-Doutorando em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e meio Ambiente da Universidade Evangélica de Goiás – Uni EVANGÉLICA. Doutor em Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Universidade Evangélica de Goiás – Uni EVANGÉLICA. E-mail: idelmarribeiro5@gmail.com.

² Doutor em História Social pela Universidade de Brasília. Professor da Universidade Evangélica de Goiás – UNIEVANGÉLICA e da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Universidade Evangélica de Goiás – Uni EVANGÉLICA, E-mail: sandrodutr@hotmail.com

Sendo que, durante os governos militares, essa política esteve muito associada a programas de desenvolvimento das potencialidades regionais, sobretudo àquelas em adesão aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND's).

Essas experiências, do ponto de vista do incremento na produção e produtividade em grande medida se tornaram exitosas, aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) e conseqüentemente a qualidade de vida das populações. Ocorre que tais estratégias ao incentivarem o crescimento de determinadas regiões, por vezes, ocasionam grandes perdas do ponto de vista ambiental em função da desconexão ou até mesmo o antagonismo com relação a temática ambiental.

Nesse sentido, o presente trabalho, decorrente de pesquisa em estágio de pós-doutoramento na Universidade Evangélica de Goiás, buscou explorar essa possível relação, estabelecendo um paralelo histórico entre as ações governamentais de desenvolvimento regional, relacionadas ao setor agropecuário, e as políticas públicas de proteção, conservação e recuperação ambiental. Esse trabalho, portanto, se alinha aos objetivos gerais do projeto de posdoc, que visa estudar as relações entre desenvolvimento regional e história ambiental. Nesse texto, em particular objetivamos investigar as origens e principais fatores impactantes da legislação no Cerrado, tendo como recorte espacial o estado de Goiás no período entre 1973 e 2023. Essa é uma pesquisa em andamento, mas nosso argumento central é que o desenvolvimento regional impacta a preservação do cerrado.

Assim ao analisar em um leque de 50 anos, a ligação entre o desenvolvimento regional e as políticas ambientais o presente trabalho, procurou, dentro de suas limitações metodológicas e temporais, contribuir com o conhecimento histórico acerca do tema, que possa auxiliar na formulação de políticas públicas que estimulem este desenvolvimento pautado na responsabilidade socioambiental.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho, origina-se de estudos desenvolvido no doutorado e pós-doutorado e caracterizou-se por um levantamento histórico das leis e políticas de desenvolvimento agrícola e ambientais adotadas no Brasil e especificamente em Goiás, no período entre 1973 e 2023, com vistas a se verificar a existência ou não, de

uma relação harmônica entre essas duas vertentes que levasse o Estado a cumprir essa função mediadora.

Para tanto esse levantamento foi realizado primeiramente por meio de consulta a legislação em plataformas de pesquisa oficiais, pesquisa essa extrapolou o recorte inicialmente proposto (1973-2023), iniciando-se na década de 1920 e vindo até 2023, como forma de contextualizar historicamente os acontecimentos nessas 2 áreas e se intensificaram a partir de 1970.

Essa pesquisa da legislação teve como base a busca em sítios oficiais com destaque para a Casa civil da Governadoria (<https://legisla.casacivil.go.gov.br/>) no âmbito estadual e para a Presidência da República (<https://www4.planalto.gov.br/legislacao>) no âmbito federal, onde, procurou-se primeiramente relacionar todo o arcabouço legal referente ao tema desenvolvimento regional, com recorte específico no desenvolvimento agropecuário e posteriormente também o relacionado às leis ambientais.

Com base nas informações levantadas construiu-se, com o auxílio do excel, uma planilha onde se procurou colocar em paralelo a data (ano), o plano de governo vigente, a lei de desenvolvimento aprovada e a lei ambiental aprovada, além dos principais acontecimentos em termos de fundação de órgãos, e fatos relevantes (como por exemplo a realização conferências ambientais (Estocolmo 1972 e Rio 1992), para que, a partir desse comparativo entre essas vertentes, pudéssemos averiguar qual a relação/afinidade entre as políticas públicas de desenvolvimento econômico e meio ambiente adotadas no âmbito do estado de Goiás nesse período.

RESULTADOS PARCIAIS

Com base na classificação dos períodos agrícolas de Santana et al (2014), e no levantamento do arcabouço legal relativo aos temas desenvolvimento e meio ambiente, realizado pelos autores, é possível traçar um panorama da interação entre desenvolvimento agrícola e ambiental em Goiás, classificando-os em 4 períodos, a saber:

- No período que vai de 1920 até 1959, pode-se observar que, apesar da aprovação de 2 importantes regramentos no âmbito federal, como o código florestal e o código das águas, ambos em 1934, houve uma pequena produção legislativa, principalmente em relação a questão ambiental, se considerarmos todo o horizonte de tempo. Sendo que, esse período, em Goiás, é marcado pela criação de uma estrutura de suporte às atividades agropecuárias.
- O segundo momento (1960-1980) que coincide como o 1º período das políticas agrícolas (SANTANA et al, 2014) é marcado por grandes planos de desenvolvimento como os PND's e a criação de empresas públicas como a EMBRAPA (1972) que se refletiam localmente na criação das empresas públicas estaduais como a CAESGO, a CIAGO (1962), a EMGOPA (1973) e a CEASA- GO (1980), dentre outras.
- O período de 1990 a 2000, que coincide com o 2º período das políticas agrícolas (SANTANA et al, 2014), caracteriza-se pela baixa produção de leis, tanto relacionadas à agropecuária, muito em função da crise fiscal que levou a uma política econômica mais ortodoxa, quanto à questão ambiental.
- Já o período que se inicia nos anos 2000, é caracterizado por um amadurecimento em termos de política ambiental decorrente de um processo que se iniciou na constituição de 1988 (que incluía o tema ambiental como um direito) passando pela conferência do Rio em 1992. Essa situação refletiu em uma mudança de postura, com a propositura de leis ambientais mais estruturantes e proativas, tais; como a nova Política Nacional do Meio Ambiente (2000), o estatuto da Cidade (2001), a lei da biossegurança (2005), a política nacional dos resíduos sólidos (2010) e o novo Código Florestal (2012).

CONCLUSÃO

O presente trabalho, confirmou o argumento de que o desenvolvimento regional impacta a preservação do cerrado, e também permitiu visualizar uma evolução e uma convergência nas últimas décadas das políticas públicas de desenvolvimento agrícola e ambiental.

Essa evolução veio da junção de vários fatores desde a maior consciência social da necessidade de preservação ambiental até à percepção, por parte dos donos do capital, dos prejuízos causados pelos impactos ambientais, e a adoção de novas tecnologias.

Porém os resultados são parciais e fazem parte de uma pesquisa mais ampla que visa identificar às relações entre o desenvolvimento regional e a história ambiental, em termos de mudanças ambientais e econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTANA, Carlos A. M.; BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVA, Felipe Prince; GARCIA, Junior Ruiz; LOYOLA, Pedro. Política Agrícola: Avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In: **O Mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Org: BUAIANAIN, Antônio Mário; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. Brasília- DF: EMBRAPA, 2014.